

## **Incerteza regulatória trava o avanço do mercado de carbono<sup>1</sup>**

Apesar da hiperatividade das últimas semanas, o Congresso não concluiu o projeto de regulamentação do mercado de carbono. Diante do calendário legislativo esvaziado nesta semana pelas festas de São João, e que se voltará no segundo semestre para as eleições municipais, já há o receio de que a necessária e aguardada regulamentação não ficará pronta para a COP29, marcada para 11 de novembro, em Baku, no Azerbaijão. Na verdade, ela era esperada para a COP28, realizada de novembro a dezembro do ano passado, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Enquanto isso, o Brasil perde tempo e espaço em um dos mais promissores mercados globais atuais, corre o risco de passar a ser importador de créditos de carbono e vê sua imagem prejudicada por fraudes nesses negócios.

A regulamentação do mercado de carbono é discutida no Congresso pelo menos desde 2015, data do Acordo de Paris, que saiu da COP21, quando os 195 países signatários se comprometeram a controlar as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera para limitar a temperatura global a 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais e mitigar os efeitos drásticos das mudanças climáticas. Alguns projetos foram discutidos, mas não foram adiante. Em 2023, com a volta do presidente Lula ao governo, o assunto foi retomado no Senado, que aprovou o PL 412/2022, em outubro, com a relatoria de Leila Barros (PDT-DF)

O projeto foi então para a Câmara dos Deputados, cujo presidente, Arthur Lira, quis assumir o protagonismo de um pacote verde para a COP28. O texto do Senado foi então incluído em um antigo projeto da casa sobre o mesmo tema, o PL 2.148/2015, com a relatoria de Aliel Machado (PV-PR). Como se temia, acabou sendo aprovado somente em dezembro, após o fim da COP28. E voltou ao Senado no início deste ano.

Em meio à discussão surda a respeito do comando do assunto, o PL ainda aguarda a definição de relator e o encaminhamento às comissões, informou a Agência Senado na semana passada. O tema do mercado de carbono chegou a

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/06/25/incerteza-regulatoria-trava-o-avanco-do-mercado-de-carbono.ghtml> Acessado em 25.06.2024

ser discutido na Subcomissão de Ativos Ambientais na segunda semana do mês, mas de modo bastante conceitual e genérico.

Há divergências a respeito da regulamentação, que demandarão debate. Um dos pontos é a controversa exclusão da agropecuária das obrigações de reduzir as emissões, como terão que fazer outros setores, uma vez que o Brasil adotou o mecanismo de “cap and trade”. A agropecuária é um dos principais originadores dos gases de efeito estufa, mas também ficou de fora na regulamentação de outros países pela alegada dificuldade de se calcular seu impacto. Outra divergência é em relação à definição do mecanismo de Redução das Emissões pelo Desmatamento e Degradação (REDD+).

Enquanto o projeto não avança, surgem denúncias de fraudes no mercado voluntário de crédito de carbono. No início do mês, a Polícia Federal deflagrou a Operação Greenwashing, para desarticular organização criminosa suspeita de vender cerca de R\$ 180 milhões em créditos de carbono de áreas da União invadidas ilegalmente há uma década, que passou pela emissão de títulos falsos de propriedade, no Amazonas. O episódio evaporou os ganhos do Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro) da gestora AZ Quest, que havia investido em certificados de recebíveis e notas comerciais de empresa envolvida na denúncia de fraude. Prejudicado em outra operação foi o Banco do Brasil, que comprou, em maio de 2023, 23,3 mil créditos de carbono, em um contrato de R\$ 1,2 milhão, de um empreendimento suspeito de grilagem e fraudes no Amapá e no Pará. A compra serviu para compensações de emissões de CO<sub>2</sub> da instituição pública, relacionadas, por exemplo, a geração de lixo e combustão de veículos.

Os casos não são suficientes para prejudicar a avaliação de que o Brasil tem condições para ser um grande player desse mercado, com vários casos positivos como o do Pará, que está vendendo 2 milhões de toneladas de carbono, cada uma por US\$ 15, dos 156 milhões de toneladas de carbono que possui para serem comercializadas até 2026. Os recursos serão distribuídos a povos tradicionais. A Timberland Investment Group (TIG), do grupo do BTG, acertou a venda de 8 milhões de créditos de carbono para a Microsoft até 2043, por valores não revelados.

No entanto, a legislação adequada é necessária não só para coibir fraudes como também para preparar o mercado local para as exigências internacionais. O especialista Marcos da Costa Cintra alerta que as regras do Acordo de Paris e da União Europeia restringem o potencial do Brasil no mercado global de carbono uma vez que exigem que os créditos a serem vendidos sejam provenientes de reduções de emissões adicionais, ou seja, que não teriam ocorrido caso o projeto ou evento específico não existisse (Valor, 13/6). Por esse critério, a Floresta Amazônica e a produção de biocombustíveis não são elegíveis para gerar crédito porque as reduções de emissões que promovem já são realizadas. Cintra e outros especialistas chegam a dizer que o Brasil pode ter que importar créditos de carbono se não reduzir o desmatamento para conseguir atingir suas metas climáticas.